

Aquisição de serviços para a reestruturação da rede de transportes públicos dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

Com o avanço das obras do SMM e a previsão do mesmo vir a entrar ao serviço no final de 2025/início de 2026, altera-se profundamente o funcionamento do sistema de transportes públicos no Município de Coimbra. Uma vez que o transporte público, na sua quase totalidade, é assegurado pelos SMTUC, importa promover a revisão geral da arquitetura da rede e dos serviços oferecidos, ajustando-os, numa ótica de complementaridade ao SMM, e de forma promover a devida articulação entre operadores.

Sem prejuízo da sustentabilidade económica dos SMTUC, preocupação que cumulativamente deve estar na base da reformulação da rede, a entrada ao serviço de um sistema de transportes de alto desempenho, que assegura uma elevada frequência, em canal dedicado, e que atravessa as zonas da cidade onde é oferecido o melhor serviço de TP, obriga a reorganizar os atuais serviços, de forma a evitar uma duplicação de oferta e otimização de recursos. Também a futura concessão de serviços intermunicipais por parte da CIM-RC, com uma estrutura radial, concentra a oferta em determinados circuitos que importa articular e otimizar com os serviços urbanos.

Para a preparação do procedimento concursal que se pretende lançar para a reestruturação da rede dos SMTUC, é essencial elaborar as especificações técnicas a incluir no caderno de encargos do procedimento, tarefa extremamente complexa e que exige a alocação de recursos qualificados, não disponíveis na CM de Coimbra.

Este processo já se iniciou no final de 2022, com a procura de entidades/instituições com competências para desenvolvimento de estudos desta natureza, tendo mesmo sido encetados contactos com os Transportes Metropolitanos de Lisboa, para recolha de opiniões e metodologias de trabalho. Trata-se de um trabalho metuculoso onde existe muito pouca experiência a nível nacional.

Cientes da dificuldade e complexidade do processo, assim como dos problemas enfrentados pelos transportes metropolitanos de Lisboa, o trabalho acabou por ser subdividido em duas fases.

A primeira, que hoje aqui é submetida discussão e aprovação, foi centrada no desenvolvimento das especificações técnicas (princípios, premissas e arquitetura base do sistema) para integrar o caderno de encargos do procedimento concursal, a ser lançado numa 2ª fase, prevista ainda para este mês de setembro.

Face à especificidade e complexidade do dossier, esta 1ª fase do trabalho acabou por ser adjudicada à ACIV – Associação para o Desenvolvimento da Engenharia Civil, num trabalho coordenado pelo Professor Doutor Álvaro Seco, reputado docente da Universidade de Coimbra, com curriculum inquestionável nesta especialidade, a quem agradeço ter aceitado este desafio. A cidade agradece todo o seu empenho e dedicação a este complexo dossier!

Referir que esta proposta resultou das múltiplas reuniões de trabalho, que envolveram a equipa da ACIV, elementos da CM de Coimbra, da Metro Mondego e dos SMTUC, para consensualização dos princípios e premissas que procuram, por um lado, salvaguardar o interesse público e a garantia da qualidade do serviço global oferecido e, por outro lado, salvaguardar a sustentabilidade e eficiência dos SMTUC.

Ana Bastos
Vereadora da Mobilidade